

A INCLUSÃO DO MODELO DE FAMÍLIA HOMOAFETIVO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Isabella Nara Costa Alves, Bianca Silveira Marques, Edinilza Maria de Oliveira Silva Morais, Jennyfer Paloma de Oliveira Morais, Msc. Dayse Rodrigues de Oliveira.

Faculdade dos Guararapes

Isabella.athos@live, b.silveira.marques@hotmail.com, moraisedinilza@gmail.com, jennyfermorais28@gmail.com, daysrodrigues@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os modelos de família apresentados nos livros didáticos do 1º ano do Ensino Fundamental da Coleção Porta Aberta, observando se o material apresenta a inclusão de famílias homoparentais. Para fundamentar o artigo, discutimos sobre o que é sexualidade, orientação sexual e preconceito contra a comunidade LGBT, uma vez que o heterossexismo está enraizado nos campos sociais, jurídicos e culturais, inclusive na escola, reproduzindo o padrão de família heterossexual. A seguir, discutimos o (s) conceito (s) de família vigente (s) na sociedade brasileira, levando em consideração o Estatuto da Família e a mudança no dicionário Houaiss. Ainda em nosso aporte teórico, debatemos o papel do professor (a) no trato com a temática e do livro didático como importante suporte nas atividades pedagógicas, bem como na representação de famílias homoafetivas. Posteriormente, analisamos que modelos de famílias são apresentados nos livros didáticos do 1º ano do Ensino Fundamental da Coleção Porta Aberta, bem como a presença ou não dos modelos em foco na pesquisa, visando como metodologia a análise documental. Concluímos que a Coleção Porta Aberta apresentou uma análise positiva, ainda que consideremos que mais mudanças sejam feitas, a fim de tornar os livros didáticos mais inclusivos no que diz respeito à temática. Desta forma, o trabalho visa contribuir para a inclusão de variadas formas de ser uma família na sociedade contemporânea nos livros didáticos, visando a representatividade e a quebra de preconceitos.

Palavras-chave: Famílias homoafetivas, Livros Didáticos, Diversidade Sexual, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A representação de famílias homoafetivas vem sendo alvo de debates e discussões dentro de nossa sociedade nos últimos anos, inclusive no campo educacional. Em nosso referencial teórico, iniciamos diferenciando sexualidade e orientação sexual, manifestando o preconceito contra a comunidade LGBT em nossa sociedade. Posteriormente, trazemos as diferentes discussões sobre o conceito de família, bem como o papel de professores e professoras e dos livros didáticos na representação de diferentes famílias. Ao final, analisamos uma coleção de livros, buscando a inclusão destes arranjos específicos e da temática em questão.

01. Sexualidade, orientação sexual e o preconceito contra a comunidade LGBT¹.

A sexualidade é um conceito complexo que desencadeia diversas discussões, sendo alvo de

¹Atualmente, boa parte dos movimentos sociais e do poder público assume a sigla LGBT para se referir à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LINS, MACHADO, ESCOURA, 2016).



estudos de diversos pesquisadores e pesquisadoras, por tratar-se de uma temática que cerceia discussões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. A sexualidade é um elemento que constitui o ser humano e suas relações. Para Foucault (1988), é um “regime de poder – saber – prazer” (p. 13). Para o autor, o conceito de sexualidade é “algo mais do que corpos, [...] sensações, prazeres” (p. 144). Dessa forma, este conceito vai de além de processos biológicos, atingindo esferas psicológicas e socioculturais.

A afetividade dos indivíduos envolve o conceito de orientação sexual, abrangendo “uma relação entre desejo, comportamento e identidade sem linearidade e direção única” (TORRES, C., 2013, p. 133). Dessa forma, orientação sexual é conceituada a partir do gênero das pessoas que selecionamos como sujeitos de nosso atração e afeto. A heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são exemplos de orientações sexuais. Essa seleção não se dá por escolha, desvinculando-se da noção de opção sexual, uma vez que “a definição dos objetos de desejo não resulta de uma opção mecânica e voluntariosa. Os nossos desejos resultam das vivências, construção de sentidos e do contexto social” (TORRES, C., 2013. p. 134).

Segundo Foucault (1988), os séculos XVIII e XIX resultaram em “um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual. Evidentemente, o campo das práticas e dos prazeres continua a apontá-la como sua regra interna” (p. 38). Com o nascimento do Cristianismo, a homossexualidade é colocada como pecado, uma vez que “na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o ‘contra-a-natureza’ era marcado por uma abominação particular” (FOUCAULT, 1988, p. 37). Desta forma, a sociedade garantiu um lugar confortável às relações heterossexuais, nos campos social, jurídico, cultural, religioso, etc. em que as opiniões em relação à diversidade sexual sofrem influências de acordo com essas esferas.

Na história ocidental, os discursos científico e religioso, principalmente, obstaculizaram o debate sobre a diversidade sexual, sobretudo na educação. Dessa forma, essa contestação “provocou a naturalização da ideia de que a heterossexualidade é o normal e as homossexualidades constituem desvios” (TORRES, M., 2010, p. 21).

A homofobia é o sentimento anti-gay, acreditando que há algo de errado em ser homossexual. Contudo, o termo abrange somente homens homossexuais (DAWSON, 2015). Desta forma, surge o termo heterossexismo, que abrange o preconceito por gays, lésbicas, bissexuais,

transgêneros, entre outros, que fogem à regra cisgênera² e heterossexual. A utilização deste termo “é preferida por vários grupos, especialmente os acadêmicos, devido à amplitude do seu significado, que ultrapassa a conotação psicológica” (TORRES, M. ,2010, p. 67).

O heterossexismo é enraizado pelos campos sociais, jurídicos e culturais. Conforme Dawson (2015) nos ensina “no Brasil, desde 2013, os homossexuais podem se casar, adotar filhos e ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais. Porém não existe nenhuma lei que proteja as pessoas LGBT dos crimes de ódio, e o país é considerado o que mais mata essa população no mundo” (p.97).

02. O conceito de família.

O conceito de família é repleto de reflexões históricas e socioculturais, mudando de acordo com a concepção das diversas sociedades, inclusive a brasileira. Segundo o Censo de 2010, “a variável referente à coabitação de parceiras e parceiros do mesmo sexo, visibilizando 60.002 brasileiros e brasileiras nessa situação” (BRASIL, 2016). Frente a esses novos parâmetros e devido à luta do movimento LGBT, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) legalizou o casamento civil entre duas pessoas do mesmo sexo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Em contrapartida, políticos conservadores, movidos por interesses religiosos e outros discursos, votaram em 2015 para a aprovação do Projeto de Lei 6583/13, conhecido como Estatuto da Família, que visa definir “a entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Essa redação exclui famílias constituídas de maneira diferenciada, incluindo as famílias homoafetivas.

Outras frentes políticas contrárias a essa resolução pediam a mudança da redação da lei, que configura família como “núcleo social formado por duas ou mais pessoas unidas por laços sanguíneos ou afetivos, originados pelo casamento, união estável ou afinidade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Apesar da argumentação de que o Estatuto da Família entra em contradição com a decisão do STF de legalizar o casamento homossexual, o PL 6583/13 está aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e aguarda deliberação para ser votado pela Câmara dos Deputados.

²Cisgênero é basicamente o oposto de transgênero. Significa que a sua identidade de gênero combina com a identidade que lhe foi dada ao nascimento, de acordo com os seus órgãos genitais (DAWSON, 2015).

Em contrapartida ao modelo jurídico de família atualmente vigente no Brasil, o Dicionário Houaiss mudou a definição do conceito de família, através da campanha Todas as Famílias, em parceria com organizações e associações voltadas ao movimento pela luta LGBT. Através do sítio eletrônico Todasasfamilias.com.br, a campanha mudou o verbete:

Em resposta ao Estatuto da Família, perguntamos aos brasileiros o que significava família para eles. Recebemos milhares de sugestões. E, baseados nelas, criamos a nova definição que irá aparecer no Dicionário Houaiss. Uma definição mais inclusiva. Mais contemporânea. Livre de preconceito. Família: núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si uma relação solidária” (TODAS AS FAMÍLIAS, 2016).

Diante dessas questões é que nos perguntamos até que ponto o espaço escolar está situado dessas definições e discussões, que modelo (s) de família é estabelecido e de que forma, como esse modelo repercute nas relações de inclusão na escola e que contexto familiar é estimulado e representado nos livros didáticos.

03. A escola e a matriz heterossexista

Os conceitos, sentimentos e questionamentos a respeito da sexualidade e orientação sexual são construídos nos relacionamentos e espaços culturais e sociais, como na família, nos clubes, nas instituições religiosas, e também na escola. Conforme Louro (2011) nos ensina, é fundamental reconhecer que “a escola não apenas reproduz e reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (p. 84). Ou seja, o ambiente escolar acaba por perpetuar preconceitos da sociedade, criando novas raízes de ódio e exclusão.

No Brasil, além de não haver leis que punam o heterossexismo em nível federal, não existem projetos escolares que tratem da temática. Conforme Dawson (2015) nos alerta, “projetos como ‘Escola Sem Homofobia’ foram vetados pela presidente Dilma Rousseff, em 2011. Em 2015, votações do Plano Municipal de Educação retiraram a questão de gênero de seu projeto educativo. Tudo por pressões religiosas” (p. 87).

A falta de políticas públicas e educacionais refletem severamente na violência, tanto na sociedade, tanto no próprio ambiente escolar. Mais de 40% dos homens homossexuais brasileiros dizem que já sofreram violência escolar (UNESCO, 2016). O Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) realizou uma pesquisa sobre preconceito dentro do ambiente escolar com 18.599 respondentes (entre estudantes, professores/as, gestão e demais participantes da comunidade escolar), revelando que 87,3% tem preconceito com



relação à orientação sexual. 21% dizem não achar homossexuais normais e 26% não aceitam a homossexualidade (BRASIL, 2009).

No que diz respeito à construção do conceito de família pela escola, a escola perpetua “a representação da família *típica* construída de um pai e uma mãe e, usualmente, dois filhos, um menino e uma menina” (LOURO, 2011, p. 74) [grifo da autora]. Segundo esta autora, “[...] a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da ‘normalidade’ (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero)” (LOURO, 2011, p. 84). Essa busca pela “normalidade” impediu a discussão das diversas formas de sexualidade, a manifestação da homoafetividade e a representação de famílias homoafetivas na escola. Diante dessas questões, percebemos um espaço escolar em uma proposta de constituir seres femininos e masculinos heterossexuais, inscritos em uma sociedade em que essas definições são esperadas e apoiadas.

04. O papel do (a) professor (a) e dos livros didáticos na representação das famílias homoafetivas.

Em uma educação comprometida em viabilizar educação sexual integral aos seus alunos e alunas, é imprescindível a inclusão das famílias contemporâneas, diferentes do típico padrão homem-mulher-filhos. Conforme nos ensina Furlani (2003), é papel do educador e da educadora

incluir na discussão outras formas familiares, mesmo que elas não apareçam espontaneamente na fala das crianças. Por exemplo, mencionar as famílias onde a (o) “chefe” não é um homem; famílias com filhas (os) adotados (as); famílias constituídas por mulheres ou homens homossexuais com filhas (os) legítimos (as) ou filhos (as) adotados (as); famílias onde os avôs e as avós moram juntos, etc. (FURLANI, 2003, p. 76).

Estando as escolas cientes dessa nova visão familiar, foi necessário que elas se moldassem para essa nova concepção integrada na sociedade, no papel de capacitar e educar profissionais, famílias e discentes a ajustar-se a essas transformações auxiliando no desenvolvimento intelectual do sujeito (DESSEN E POLONIA, 2007). Portanto, a escola tem essa função de instruir os membros que às compõe no sentido de edificar ações fundamentadas no respeito mútuo, porém tornando-se num espaço de convivência e igualdade social.

Partindo dessa linha de raciocínio, recentemente o dia da família foi implantado no currículo escolar. Instituído pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 24 de abril é considerado o "Dia nacional da família na escola", de forma que as instituições escolares, juntamente com os familiares exerçam um papel social que condiz com a nossa realidade.



No que se refere aos livros didáticos, na década de 70 e 80, estes assumiram um papel importante na educação brasileira. Essa relevância aumentou quando os (as) professores (as) começaram a ser preparados (as) para lecionar, no qual o livro didático (doravante LD) se tornou indispensável. Na década de 90, inicia-se a reforma do LD, analisando os conteúdos que seriam inseridos. Contudo, essas mudanças nem chegavam a ser compartilhadas com professores e professoras de sala de aula. Percebendo essa necessidade, o governo decidiu criar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que se comprometia a avaliar o livro que iria para as escolas dando assim mais segurança ao professor e à professora (MARCUSHI e LEDO, 2015).

Moreira (2014), em sua crítica aos modelos e representações trazidas pelo LD, nos aponta que:

As formas óbvias que o senso comum normatizador formula para perpetuar seu padrão comportamental podem ser encontradas em exemplos e/ou ilustrações presentes no livro didático onde a mulher é representada sempre como dona-de-casa ou em profissões estereotipadas [...] ou nas representações de famílias visivelmente “estáveis”, parcimoniosas, onde há uma mãe, um pai, filhos e filhas, algum animal de estimação e uma casa luxuosa. Não é preciso dizer que são todos brancos, bem vestidos, bem-humorados e financeiramente estáveis (MOREIRA, 2014, p. 108)

O LD não é neutro e, dessa forma, não pode ser visto como uma consequência dos processos sociais e culturais, mas como tendo potencial de perpetuar e naturalizar preconceitos e estigmas ou ser agente de mudança. Portanto, é função das instituições escolares atentar-se para o potencial que o LD tem neste processo de crescimento humano, de possibilidades de representações que outorga verdadeira sobre o mundo (MOREIRA, 2014).

É papel da escola e dos (as) docentes examinar e analisar o LD, uma vez que, conforme nos ensina Marcushi e Ledo (2015):

[...] as coleções didáticas estão permeadas por questões ideológicas que, ao serem tratadas na sala de aula como representativas do pensamento social majoritário, acabam atuando significativamente na construção da identidade dos estudantes, jovens e adolescentes, ainda em processo de formação (MARCUSHI e LEDO, 2015, p. 175).

O LD tem o papel de inclusão nas representações de grupos sociais culturalmente desvalorizados, visando incentivar a autonomia das crianças e adolescentes, promulgando não apenas o crescimento intelectual, mas também o crescimento crítico social. Pela avaliação do PNLD, está eliminada “qualquer obra que veicula estereótipos e preconceito de gênero e orientação sexual além da idade, condição social, raça e etnia, etc.” (BRASIL, 2014, p.9).

Partindo dessas perspectivas é que, como graduandas do curso de Pedagogia nos interessamos em partir do LD como fonte de análise e pesquisa, questionando se esse instrumento,

sendo um dos poucos livros que as crianças têm contato (no que se refere ao ensino público), consegue compartilhar valores democráticos e éticos, trazendo representações de famílias homoparentais.

05. Percurso metodológico e análise.

Para a realização de nossa pesquisa, a metodologia utilizada foi a análise documental, especificamente nos livros didáticos, levando em consideração que “o documento manifesta o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço” (SILVA et al., 2009, p. 3).

Optamos por livros utilizados no 1º ano do ensino fundamental (uma vez que, geralmente, esta é a série/período que as crianças têm o primeiro contato com livros didáticos), no ano de 2016, de todas as disciplinas disponíveis nessa etapa, quais sejam: “Letramento e Alfabetização”, “Alfabetização Matemática” e “Ciências Humanas e da Natureza”. Estes livros fazem parte do triênio dos anos de 2016/2017/2018, em que, após esse período, a rede deverá ser atualizada e adotar novos livros. Os livros do 1º ano do ensino fundamental, assim como do 2º e 3º anos, tem caráter consumível, ou seja, aquele que permanece, em caráter permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente (BRASIL, 2016).

O município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, recebe livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Escolhemos para observação e análise a Coleção Porta Aberta - Manual do Professor, uma vez que eram livros de fácil acessibilidade nas escolas de Jaboatão dos Guararapes, com edições constantemente atualizadas, além de se tratar de uma das coleções mais distribuídas pelo PNLD. O manual do professor contém diversas informações e referenciais sobre a metodologia de trabalho do (a) docente no que se refere às atividades do livro didático, bem como dicas pedagógicas e apoio teórico.

No que se refere ao livro de Letramento e Alfabetização “as unidades são organizadas em unidades organizadas em torno de um ou mais gêneros textuais que circulam em diferentes esferas da ação humana” (BRASIL, 2015, p. 113). Neste livro, foi observado diferentes contextos de família, contudo o material não trouxe modelos homoafetivos.

No que se refere ao livro de Alfabetização Matemática “destacam-se as atividades matemáticas vinculadas à prática de pesquisa, à interpretação e organização de dados e ao cálculo



mental” (BRASIL, 2015, p. 168). Neste livro, foi observado diferentes contextos familiares. Apesar de o material não apresentar imagens e discussões específicas que incluam famílias homoafetivas, foi possível localizar na página 09 que solicita à criança que desenhasse ou colasse uma foto de sua família, seguida de uma questão em que pergunta “Quantas pessoas tem a sua família? ”.

Essa sequência didática é trazida através da história de Chapeuzinho Vermelho, trazendo seu modelo de família (a menina, a mãe e a avó). O manual do professor indica aos professores e professoras que indaguem às crianças como é a família de Chapeuzinho e quantas pessoas tem, expondo a ausência do pai. A seguir, o livro orienta o (a) docente em conversar com os alunos e alunas sobre as diferentes constituições familiares, pedindo que as crianças desenhem sua própria família e falem sobre ela (CENTURIÓN, SCALA, RODRIGUES, 2014).

No anexo “Orientações para o professor”, não foi observado nenhuma informação sobre a discussão feita na página 09. Entendemos que, apesar de ausência da representação de famílias homoafetivas, a orientação do livro de Alfabetização Matemática é pertinente para os professores e professoras, uma vez que instigou a mediação e discussão das diferentes famílias das crianças. Caberá ao professor e à professora à ampliação da discussão, incluindo famílias homoparentais.

No que se refere à área de Ciências, o livro Porta Aberta – Ciências, em que se destacam “a riqueza da articulação dos conteúdos apresentados com outros campos do conhecimento” e “o estímulo e o incentivo a uma postura de respeito ao ambiente e sua conservação” (BRASIL, 2015, p. 103). Conforme observado, o livro inicia a Unidade I com a temática “Eu e minha família”, apresentando atividades sobre o conhecimento de identidade do corpo e suas mudanças, história da criança e de sua linhagem, diferentes modelos familiares e a criança em diferentes épocas e seus direitos. Nas atividades correspondentes ao tópico “Minha história e minha família, encontramos textos e atividades que traziam o nascimento de uma criança, nome dado a ela, a certidão de nascimento (imagem que trazia registro da mãe e do pai), construção de uma árvore genealógica tradicionalmente esperada (avós paternos e maternos, pai, mãe e aluno/a) e objetos que contam o passado da criança (brinquedos e fotografias).

A atividade da página 41 do livro de Ciências solicita que as crianças coleem uma foto ou desenhe sua respectiva família, perguntando os nomes das pessoas, quem é o (a) mais velho (a) e quem é o (a) mais novo (a). A seguir, a página 42 traz imagens de diferentes famílias, incluindo uma família homoafetiva, requisitando que os alunos e alunas marquem o modelo de linguagem que se assemelha à sua própria família, conforme figura 1.



Figura 1 – Página 42 do livro da Coleção Porta Aberta de Ciências – Manual do Professor

A figura 1 nos mostra que as figuras da questão 12 mostram famílias em diversos contextos. No que se refere à família homoafetiva, podemos observar uma criança com dois pais. Contudo, foi constatado a ausência de uma família com duas mães. Esse dado é de fundamental importância, uma vez que modelos, referenciais e pesquisas ao público LGBT concentram-se em maior proporção com homens homossexuais (DAWNSON, 2015).

Na sessão “Orientações para o professor”, foi localizada o objetivo de aprendizagem do capítulo “Famílias são diferentes?” (em que se localiza a atividade da figura 1):

Problematizar a diversidade da instituição família, que se modifica ao longo do tempo, de acordo com a cultura e o lugar onde se organiza; refletir sobre os laços de afeto e identidade que unem uma família, independentemente de qual seja sua formação, origem étnica, tamanho e condição socioeconômica (JACKIEVICIUS et al., 2014, p. 286).

Posteriormente, podemos encontrar no livro pesquisado os objetivos de aprendizagem, seguidos de uma orientação aos professores e professoras:

Atualmente, há uma grande discussão sobre as transformações do conceito de família e não podemos desconsiderar essas mudanças. Família é um grupo de acolhimento, no qual se desenvolvem relações de afinidades, baseadas no afeto, no amor, no cuidado e no respeito. Há famílias monoparentais, homoparentais, recompostas, unipessoais, entre outras formações, e não apenas o modelo tradicional (pai, mãe e filhos). Ressaltar as semelhanças e as diferenças entre as famílias: formação, quantidade de componentes, idade e sexo das pessoas, etc. (JACKIEVICIUS et al., 2014, p. 286).

Segundo à avaliação conferida ao livro, feita pelo Guia PNLD 2016 – Ciências Humanas e da Natureza:



A coleção investe na formação cidadã na medida em que propõe atividades e leituras para a formação de uma atitude de respeito e cuidado ao bem comum, sobretudo no que envolve os direitos conquistados e o desenvolvimento de uma consciência ambiental e sustentável. O trabalho com a alteridade é pensado no livro a partir da valorização da diferença entre crianças [...]. (BRASIL, 2015, p. 62)

Podemos considerar, diante de nosso referencial teórico, uma avaliação geral positiva em relação à Coleção Porta Aberta do 1º ano do Ensino Fundamental. Apesar de não haver referenciais sobre famílias homoafetivas no livro de Alfabetização e Letramento, os livros de Alfabetização Matemática e de Ciências incentivam o diálogo e o trabalho em sala de aula sobre os diferentes contextos familiares, o que incluiu as famílias homoafetivas. Desta forma, caberá ao professor e à professora ampliar a discussão com as crianças, na busca de uma educação mais inclusiva.

06. Considerações finais

A análise dos livros didáticos. É parte do trabalho do professor e da professora, em que critérios essenciais devem ser analisados. Um deles é a presença da diversidade sexual, mais precisamente de família homoparentais, temática pesquisada neste trabalho, afim de incentivar o conhecimento e o diálogo, reduzindo os percentuais do heterossexismo na escola, e consequentemente, na sociedade.

Os livros da Coleção Porta Aberta do 1º ano do Ensino Fundamental incluem a discussão sobre famílias homoafetivas. A análise geral é considerada positiva quanto à metodologia utilizada no material. Contudo, vemos a necessidade de uma exploração maior pelos livros, trazendo novos modelos (como uma família de duas mães), compartilhando novas representações e orientando ao professor e à professoras na busca de trazer novos recursos, como livros de literatura infanto-juvenil (principalmente no que se refere ao livro de Alfabetização e Letramento), vídeos, filmes, entre outros materiais, uma vez que muitos (as) docentes ainda encontram dificuldades e desafios para trabalhar a temática em sala de aula.

Entendemos a atualização dos livros didáticos de extrema importância para as atividades nas escolas, uma vez que esse material serve de suporte aos professores e professoras. O trabalho docente envolverá a abrangência das discussões trazidas pelos livros com as famílias homoafetivas, informando-se constantemente. Sugerimos que mais estudos se dediquem à pesquisa dessa temática, afim de promover a ética e uma cultura de paz na escola no que se refere às questões de orientação sexual e diversidade.

07. Referências



BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no ambiente escolar**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. Edital de convocação 02/2014 – CGPLI. **Edital de convocação para o processo de inscrição de avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2016**. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=8784:edital-pnld-2016>. Acesso em: 30 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático. Guia de livros didáticos: língua portuguesa: ensino fundamental - anos finais PNLD 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de Livros Didáticos – PNLD 2016. Ensino Fundamental: anos iniciais. **Alfabetização e Letramento e Língua Portuguesa**. 2015. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=9596:pnld-2016-guia-alfabetizacao-e-letramento-e-lingua-portuguesa>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de Livros Didáticos – PNLD 2016. Ensino Fundamental: anos iniciais. **Alfabetização Matemática e Matemática**. 2015. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=9597:pnld-2016-guia-alfabetizacao-matematica-e-matematica>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de Livros Didáticos – PNLD 2016. Ensino Fundamental: anos iniciais. **Ciências**. 2015. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=9600:pnld-2016-guia-ciencias-humanas-e-da-natureza-livros-regionais>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova Estatuto da Família formada a partir da união de homem e mulher**. Out, 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2016.

CENTURIÓN, Marília Ramos. SCALA, Júnia La. RODRIGUES, Arnaldo. **Porta Aberta: alfabetização matemática, 1º ano: ensino fundamental: anos iniciais – 1. Ed.** – São Paulo: FTD, 2014.

DAWSON, James. **Este livro é gay**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.



- DESSEN, M. A. POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia, 17 (36), 21-32. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2016.
- FOUCALT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 1988. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.
- FURLANI, Jimena. Educação Sexual – possibilidades Didáticas. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003, p. 66-81.
- LINS, Beatriz Accioly. MACHADO, Bernardo Fonseca. ESCOURA, Michele. **Diferentes, mas não desiguais: a questão de gênero na escola.** 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- JAKIEVICIUS, Mônica. MENDES, Denise. MENDES, Margerete Artacho de Arya, GIANANTI, Roberto. **Porta Aberta ciências humanas e da natureza, 1º ano: ensino fundamental: anos iniciais.** – 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2014.
- MARCUSHI, Elizabeth. LEDO, Amanda Cavalcante de Oliveira. **Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa.** 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v15n1/1984-6398-rbla-15-01-00149.pdf>. Acesso em: 3 de outubro de 2016.
- MOREIRA, Felipe F. **Sociabilidade e livro didático: Representações de gênero e sexualidade no ensino básico.** 2014. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/4503>. Acesso em: 3 de outubro de 2016.
- SILVA, Lidiane. DAMACENO, Ana. MARTINS, Maria. SOBRAL, Karine, FARIAS, Isabel. **Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente.** 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf. Acesso: 12 de outubro de 2016.
- TODAS AS FAMÍLIAS. **#TODASASFAMÍLIAS.** 2016. Disponível em: <http://todasasfamilias.com.br/>. Acesso em 17 de agosto de 2016.
- TORRES, Cláudia Vaz. **Psicologia e Comportamento.** Salvador: UNIFACS, 2013.
- TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. Série Cadernos da Diversidade.
- UNESCO. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2016.